

DEBATE NO CECULT DISCUTE O **FUNPRESP**



DIRETORIA DA APUR DISCUSSE O FUNPRESP NO CECULT



No último dia 25, em Santo Amaro, no Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) realizou-se uma discussão a partir do tema “O servidor público e o FUNPRESP: desafios de um novo tempo”. A palestra foi proferida pelo Prof. Tarcísio Cordeiro que destacou aspectos geralmente não enfatizados no debate sobre a nova legislação, apontando os riscos para tal modelo de previdência. Durante a exposição, chamou-se atenção para a posição do ANDES-SN que é contrária ao FUNPRESP, e que a APUR-SS, enquanto sindicato de base, respalda os encaminhamentos apresentados pela instância nacional.

Entretanto, enquanto associação docente ligada a uma Universidade que, em fevereiro de 2016, apresentava 217 docentes vinculados a nova carreira (ingressos a partir de 4/2/2013), “nos é imperativo discutir a preocupante realidade vivenciada por muitos colegas. A decisão é difícil, pois, se por um lado, os docentes veem risco no FUNPRESP, por outro, não podem perder tempo na tomada de uma decisão que trata da sua previdência” afirmou o palestrante.



Para o presidente da APUR, prof. Antonio Eduardo, “faz-se necessário tratar amplamente dessa questão, buscando informar a base sobre as armadilhas dessa legislação, enfrentando a questão política e juridicamente”. Atualmente a APUR move ação coletiva (processo 0003776-75.2016.4.01.3300) em face da União Federal para que ofereça a manutenção no regime de previdência anterior à instituição da FUNPRESP-EXE a todos os servidores egressos do regime próprio de previdência social, e que já detinham cargo público efetivo federal, estadual, municipal ou distrital, sem interrupção de vínculo, nomeados para cargo público de docente junto a UFRB, na vigência da Lei 12.618/2012.

Sobre essa causa, a profa. Karina Cordeiro, vice-presidente da APUR e responsável pela articulação do sindicato com o a assessoria jurídica, informou que a antecipação de tutela foi negada pelo magistrado, mas aguardamos a análise do mérito. Lembrou-se também que diversas ações estão tramitando, inclusive no Supremo Tribunal Federal, questionando diversos aspectos dessa norma legal.

POLÍTICA E PESQUISA CONTRA CULTURA DO GOLPE E ESTUPRO: COXINHAÇO NO CFP



Estudantes, professorxs, comunidade aderiram ontem, 01 de junho, ao movimento proposto pelo Grupo de Pesquisa Capitu e Educação e Diversidade para denunciar a cultura do estupro e o golpe conservador no Brasil. As atividades do grupo resultaram em criação de performance e protesto diante dos crimes de estupro veiculados na mídia na última semana. A violência é entendida pelo grupo como parte do momento conservador e autoritário vivido no país. Juntou-se à construção da atividade de protesto a APUR e o Comitê Amargosa Contra o Golpe que assou ‘coxinhas de galinha’ para simbolizar o recuo e o caráter reacionário de alguns grupos n Brasil.

O grupo percorreu todos os andares do Centro de Formação de Professores dizendo palavras de ordem e cantando uma composição de rap do próprio grupo que dizia que o corpo da mulher não é público e que ela pode recusar ao assédio e ao ataque e ser ouvida. No andar de baixo, líderes sindicais e integrantes do Comitê Contra o golpe assavam as coxinhas numa churrasqueira. Vários poemas foram lidos e recitados por estudantes referentes à autonomia dos corpos femininos. Além disso, o protesto conclamava ao companheirismo e à atividade coletiva.

Segundo a professora Priscila Dornelles uma atividade política como essa é de suma importância, pois vai tentar visibilizar, pautar e desnaturalizar um pouco a cultura do estupro. “Mas também por visibilizar números de estupros no Brasil, também para dialogar e mobilizar a comunidade, mobilizar a coletividade do grupo, a organização política do grupo, mas fundamentalmente para socializar e denunciar, e colocar que somos um coletivo e que, coletivamente, estamos ali para pautar as discussões de gênero e desigualdade que se fazem também por essa cultura do estupro que é posta e naturalizada em diversos contextos”, completou a professora.



A docente ainda lembrou que a cultura do estupro está naturalizada em conversas informais, nas mídias, nas imagens, nas músicas, nas histórias narradas e nas histórias de nossas famílias. “Como que isso anda de forma natural no nosso dia a dia, e a gente não discute ou não coloca de um jeito estranho, de um jeito incomodado, de um jeito de rejeição, de um jeito de tentar desequilibrar esse contexto para pensar um fazer de outros modos que a gente não tenha o feminino colocado como vítima e como lugar de possibilidade desse corpo objeto, só como corpo objeto e como corpo violado”, refletiu Priscila.

Priscila Dornelles também fez uma ligação entre o tema estupro e o momento político atual do Brasil. Em sua visão, a mobilização contra a cultura do estupro dialoga muito com o contexto de colocação dos direitos sexuais reprodutivos pelo atual governo e, em menor plano, como apagamento das secretarias de políticas para as mulheres e secretaria de direitos humanos, por exemplo. “A gente tem uma cultura do estupro também reforçada por um governo no momento em que ele não entende que os direitos sexuais reprodutivos são direitos de qualquer cidadã, e aí vai regular o corpo dessa mulher que é posta de um modo inferior, pois não pode gerir seu próprio corpo, sua própria saúde a partir de uma situação de aborto”, concluiu a docente.

Reforçando a importância da manifestação contra a cultura do estupro, Camila Carmo, egressa do curso de Letras e do Capitu, afirmou que quando um grupo de pesquisa se coloca frente aos embates políticos do cotidiano “liberamos a vida de impasses, impasses esses como o da cultura de estupro, que impede que todas nós sejamos livres, que nos estrangula a cada dia. Quando um grupo de pesquisa está para além de aporte teórico, ler livros, e apenas construir lattes, resistimos a novos estrangulamentos como o do golpe em curso. Realizar uma atividade política do grupo de pesquisa é produção de conhecimento, de resistência, de militância e, sobretudo, de vida.”



CONFERÊNCIA NO CCS DISCUTE O SUS E A ATUAL CONJUNTURA



Anderson Maia (ASCOM CCS)

Na última segunda-feira (30 de maio), aconteceu no CCS uma conferência com o Deputado Jorge Solla, cujo tema foi SUS e a Atual Conjuntura: O que Temer? A organização foi da turma do componente curricular Estado, Políticas de Saúde, Gestão e Planejamento em Saúde, do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.

O deputado iniciou sua fala traçando uma retrospectiva do golpe, onde apontou toda a orquestração do PMDB com a oposição para inviabilizar o governo, que culminou com as votações na Câmara e no Senado do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff.



Anderson Maia (ASCOM CCS)

Em seguida ele falou sobre o SUS e sua importância para o povo brasileiro. Disse que não conhece nenhum outro modelo de assistência à saúde comparável, que a universalidade é uma característica própria do nosso sistema de saúde. Falou que o investimento é baixo, que representa muito pouco do PIB. Que em outros países com sistemas parecidos o investimento é maior relativo ao PIB. E concluiu que não é possível alterar a dotação orçamentária, sob pena de inviabilizar a assistência à saúde no país. E que as declarações do atual ministro da saúde são preocupantes, mas que fazem parte do programa Ponte para o Futuro do PMDB/PSDB. Assim, ele disse que precisamos seguir na luta para evitar retrocessos maiores e irreparáveis, não só para a saúde dos brasileiros, mas para a assistência social como um todo.



Anderson Maia (ASCOM CCS)



Anderson Maia (ASCOM CCS)

GOVERNO FRANCÊS APRESENTA PROJETO QUE PRETENDE ACABAR COM DIREITOS TRABALHISTAS



Os trabalhadores franceses se uniram à juventude na luta contra o presidente François Hollande, por este ter apresentado um projeto de reforma nas leis trabalhistas da França (O Código do Trabalho), que indica um aumento da jornada de trabalho, redução de salários, bem como acaba facilitando que empregadores demitam seus empregados. Atualmente, os trabalhadores franceses não devem trabalhar mais de dez horas diárias. Caso a reforma trabalhista seja implementada, a carga horária aumentaria para doze horas diárias; sem contar que há a possibilidade de que as horas semanais cheguem até 60 horas; sendo que, atualmente, a média é de 35 horas, podendo chegar, no máximo, até 48 horas.

Diante desse quadro de ataque aos direitos trabalhistas, os trabalhadores e a juventude francesa se uniram e foram às ruas protestar. Após pressão da base, os sindicatos declararam greve geral no dia 9 de março e nos dias 17 e 31 do mesmo mês. No primeiro dia, as ruas foram tomadas por quase meio milhão de pessoas. Em 17 de março, os manifestantes chegaram ao número de 70 mil em todo o país.

No terceiro dia de greve geral, 31 de março, o número de manifestantes nas ruas chegou a 1,2 milhões, segundo as centrais sindicais Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Força Operária (FO). Essa manifestação deu força ao movimento, que resolveu parar em 9 de abril, com o slogan “greve geral, retirada total”, tomando as ruas não só da capital francesa (Paris), mas também de outras 200 cidades.

Com tamanha resistência contrária à reforma trabalhista, a popularidade do presidente francês caiu drasticamente, chegando a apenas 15%. Com isso, o governo apresenta tímidos recuos. O primeiro-ministro francês, Manuel Valls, noticiou algumas alterações na reforma trabalhista, todavia, a natureza da reforma não foi modificada, mantendo os ataques aos direitos dos trabalhadores.

Sendo assim, nos parece que não resta outra saída aos companheiros franceses que não uma greve geral prolongada, que obrigue o governo a retirar definitivamente a reforma. Mas isso só será possível se a classe operária, protagonista da luta, se coloque como tal, e se unifique, parando toda a produção econômica, e se unindo aos demais trabalhadores e trabalhadoras e aos estudantes.

NOTÍCIA ANDES-SN

ANDES-SN CRITICA FUSÃO DOS MINISTÉRIOS DA CIÊNCIA E COMUNICAÇÕES

A fusão dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) com o das Comunicações, por meio da Medida Provisória (MP) 727/16 no dia 12 de maio, resultou em protestos e mobilizações das comunidades acadêmica e científica pelo país. Docentes e pesquisadores avaliam a fusão entre os ministérios afetará diretamente a pesquisa, o ensino e extensão nas Instituições de Ensino Superior (IES) e institutos federais do país. As reitorias das universidades federais do ABC (UFABC) e do Rio de Janeiro (UFRJ), com o apoio da Associação dos Docentes da UFRJ (Adufrj - Seção Sindical do ANDES-SN) se posicionaram, em documentos distintos, contra a integração das pastas. 14 entidades científicas brasileiras divulgaram também um manifesto em que criticam a junção dos dois ministérios.

Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, considerou um “absurdo total” a integração das duas pastas que possuem atribuições e naturezas substancialmente diferentes. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criado em 1985, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Já o das Comunicações regula os serviços dos meios de comunicação e trata do regime de concessões no país. “Assim como já nos manifestamos contra a transferência da Previdência Social ao Ministério da Fazenda, também somos contra a fusão dos ministérios de Ciência e Tecnologia com o das Comunicações, que são completamente diferentes nas suas funções. Um regulamenta a produção científica no país e o outro os meios de comunicação. Este governo interino não tem legitimidade para fazer essas mudanças”, criticou.



O presidente do Sindicato Nacional afirma que a junção ameaçará o financiamento da produção científica do país, que já vem sofrendo com os cortes orçamentários e um processo de privatização intenso, definido pelo Marco regulatório de ciência e tecnologia.

A Constituição Federal de 1988 prevê, no artigo 218º, que o Estado deve promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, devendo a pesquisa científica básica e tecnológica receber tratamento prioritário do Estado.

Cortes e Marco

Os cortes orçamentários realizados desde 2015, pelo governo federal, afetam o MCTI e conseqüentemente a transferência de verbas públicas para a pesquisa básica e tecnológica realizada nas instituições de ensino superior pública e nos institutos públicos de pesquisa. Os recursos destinados à ciência e a pesquisa e o número de bolsistas contemplados caíram drasticamente nos últimos anos. Em abril de 2016, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sofreu contingenciamento de R\$ 1 bilhão, o que significou uma redução orçamentária de quase 25%. Segundo matéria publicada no Estadão, os cortes orçamentários nos últimos períodos afetaram 3,7 mil estudantes que recebiam

bolsa no exterior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 7,4 mil bolsas pagas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para agravar a situação do desenvolvimento científico no Brasil, no início deste ano, a presidente Dilma Rousseff sancionou o Código de Ciência, Tecnologia e Inovação proveniente do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 77/2015, que intensifica a privatização da ciência e tecnologia públicas, legalizando parcerias público-privadas na área e

possibilitando transferência de recursos, estrutura, propriedade intelectual e pessoal de instituições públicas para usufruto da iniciativa privada.

Segundo Paulo Rizzo, o governo anterior e o interino só conseguem agir, diante da crise econômica, com enfoque no ajuste fiscal e no controle de gastos. Desta maneira, perpetuando a política de pagamentos de juros da dívida pública brasileira e beneficiando, principalmente, o Capital. “A resposta para o enfrentamento da crise é com a auditoria da dívida pública, com investimentos em educação e no desenvolvimento científico, e na garantia dos direitos dos trabalhadores, e não o contrário”, disse.

No 35º Congresso do ANDES-SN, realizado em janeiro deste ano em Curitiba (PR), os docentes deliberaram pela continuidade da política de reforçar a defesa de investimentos de verbas públicas exclusivamente em políticas e serviços públicos, inclusive quando se tratar de políticas de Ciência e Tecnologia.

RJ: ATO EM DEFESA DAS EMPRESAS PÚBLICAS SERÁ REALIZADO NO DIA 6

Entidades se mobilizam para defender o patrimônio público contra o desmonte de Michel Temer

Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas

O presidente da República interino Michel Temer, em pronunciamento, no dia 24/05, deixou claro que seu governo vai forçar a privatização das empresas públicas e tentar impedir a participação de trabalhadores em seus conselhos e fundos de pensão. As declarações acendem o alerta máximo para a mobilização contra o PL 4918 e outros que tramitam pelo Congresso Nacional, e reforçam a necessidade de uma grande participação no ato em defesa das estatais e serviços públicos que acontece no dia 6 no Rio de Janeiro.

“Temos que fazer do dia 6, uma data histórica contra esse desmonte proposto pelo governo golpista”, destacou a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano. Ela lembra que, quando o PLS 555 foi votado no Senado, houve um esforço do governo no sentido de retirar do projeto itens fundamentais, como a exigência de que todas as estatais se transformassem em sociedades anônimas.

“À época, discutimos e recebemos apoio de integrantes do governo Dilma para mudar o texto do PLS 555. Agora o governo não nos apoiará, e mesmo os avanços que obtivemos poderão ser derrubados na votação do PL 4918 na Câmara, retornando ao texto original”, avalia. Em seu pronunciamento Temer enfatizou a “meritocracia” para dizer que “dirigentes dos fundos de pensão e estatais” serão pessoas “tecnicamente preparadas”; ou seja, representativas apenas dos interesses de mercado.

O ato do dia 6 de junho no Rio de Janeiro será na Fundação Progresso, com a presença de intelectuais, políticos e representantes dos movimentos social e sindical. Centenas de entidades vão participar do evento, que terá ainda show musical.

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/rj-ato-em-defesa-das-empresas-publicas-sera-realizado-no-dia-6-ac93/>

13h – **Reunião do comitê nacional**
em defesa das empresas públicas

14h30 – **Abertura do evento** com
o comitê nacional em defesa das
empresas públicas

15h – Início das palestras e do
debate “O que é público para você”

19h – **Ato público, político e cultural**
com a presença de lideranças dos
movimentos

21h - Encerramento com **show do**
grupo de samba Casuarina

se é
público,
é para
todos



06 de junho de 2016

Fundação Progresso - RJ

R. dos Arcos, 24 - Lapa, 20230-060

Tel: (21) 3212-0800

Defender as **Empresas Públicas** é defender o Brasil.

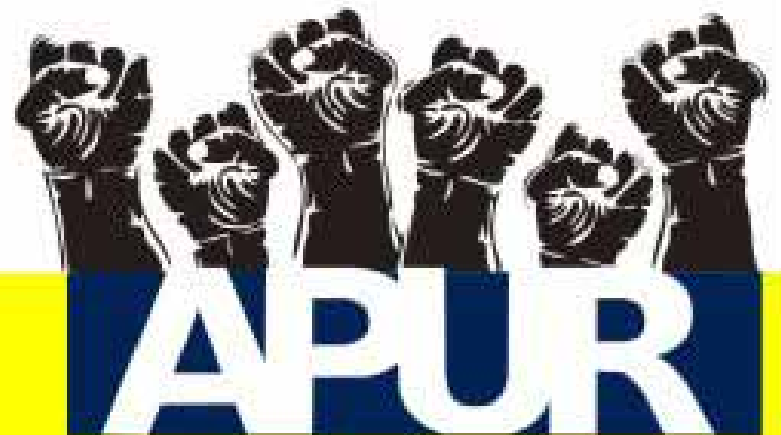


Comitê Nacional
em Defesa das
Empresas Públicas



**Cruz das Almas, dia 8, às 9h,
no Pavilhão II, Sala 1**

ASSEMBLEIA GERAL



Pauta:

1. Informes;
2. Conjuntura política: UFRB e a mobilização docente;
3. CONAD
4. O que ocorrer

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO